

Por que a classe média será o grupo mais afetado pela reforma tributária?



Um dos planos mais importantes produzidos pelo governo para garantir a melhora do ambiente econômico do país e o crescimento de longo prazo veio à luz depois de longos e turbulentos dezoito meses de gestação. Na terça-feira, 21, o ministro da Economia, Paulo Guedes, finalmente entregou ao Congresso propostas que começaram a ser debatidas nos gabinetes do ministério desde a posse de Jair Bolsonaro como presidente. Quem esperava uma reforma ampla e abrangente teve de se contentar com uma versão modesta do plano, em que a principal novidade é a fusão de dois impostos quase idênticos, o PIS e a Cofins, em um novo tributo, a contribuição sobre bens e serviços (CBS). Idealizado por um grupo de especialistas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e adotado pela equipe

econômica, o projeto gerou, já na largada, reações adversas. Apesar de propor algo extremamente simples, que é a unificação dos dois tributos, a CBS vai ter impacto direto sobre o principal grupo social gerador de renda e impulsionador do crescimento econômico: a classe média.

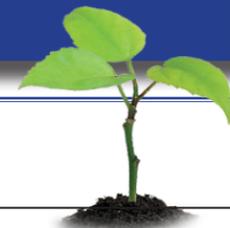
A ideia é que o novo tributo eleve a atual alíquota do PIS e Cofins sobre serviços como educação, saúde, transportes, advocacia, telecomunicações, entre outros, de 3,5% para 12%. Tamanho reajuste, que pode ser fatal para várias empresas, deixou a impressão de que o governo optou por ir buscar os recursos que lhe faltam para cobrir as contas públicas justamente entre os contribuintes, empreendedores e companhias que já arcam com considerável peso tributário sobre suas costas. Não deixa de ser uma contradição para um governo eleito com o dis-

curso de que iria empreender reformas para acabar com privilégios, desperdício de dinheiro público e a ineficiência do Estado. “O objetivo dessa reforma é claramente beneficiar a indústria, um setor que encolheu nos últimos anos”, diz o economista Raul Velloso, ex-secretário para Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento. “É uma opção política.”

Em sua visita ao parlamento, Guedes entregou o texto nas mãos dos dois presidentes do Legislativo, o senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) e o deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ). O projeto começará sua tramitação pela Câmara, onde já corre outra proposta para a reforma, a PEC 45, um texto mais abrangente e que é mais brando com o setor de serviços, pois prevê uma diferenciação de alíquotas.

Veja

Agronegócio



China respondeu 40% das exportações agrícolas brasileiras no 1º semestre

Página - 04

Economia



Governo disponibiliza 109 imóveis para venda via internet

Página - 03

Negócios



A preparação das companhias aéreas para voltar a voar

Página - 08

PIX vai aumentar a competição no mercado, diz David Vélez, do Nubank

Página - 08

No Mundo

Aviões militares dos EUA se aproximam da China em meio a tensão diplomática



Em meio à crise diplomática entre Washington e Pequim, dois aviões militares americanos foram avistados no domingo (26) a menos de 100 km de Xangai, a menor distância registrada nos últimos anos.

Um avião de vigilância eletrônica e guerra antissubmarino P-8A e uma aeronave de reconhecimento EP-3E voaram pelo estreito de Taiwan no domingo, próximo de Zhejiang e Fujian. Foi o 12º dia em sequência em que aviões espiões americanos se aproximam da costa chinesa.

O voo ocorreu na véspera do fechamento do consulado americano em Chengdu, medida retaliatória determinada pelo governo chinês depois de ação igual feita pela admi-

nistração Donald Trump contra a representação do país em Houston.

Os americanos dizem que o consulado chinês era um centro de espionagem, provavelmente voltado a roubar segredos sobre o desenvolvimento de vacinas contra a Covid-19. A China chamou a acusação de absurda.

A atividade militar na região tem crescido. Segundo o centro Iniciativa de Investigação de Situação Estratégica do Mar do Sul da China, da Universidade de Pequim, o P-8A chegou a 76,5 km da costa chinesa e o EP-3E, a 106 km.

Os aparelhos voaram em coordenação aparente com o USS Rafael Peralta, um destróier na região. Segundo o centro, as operações aeronavais americanas no mar do

Sul da China e no estreito de Taiwan estão nos maiores níveis da história recente.

Só neste ano, foram seis operações de liberdade de navegação, nas quais navios de guerra circulam em águas internacionais que a China afirma serem suas -Pequim clama controle de 85% do mar do Sul da China e instalou bases em recifes e ilhas artificiais em toda a região, que tem o tamanho da Índia.

Em todo o ano passado, foram 8 operações, ante 6 em 2018 e 4 em 2017 -quando Trump assumiu e lançou as bases de sua Guerra Fria 2.0 com a China, na forma de disputas comerciais e tecnológicas, mas que agora avançaram para o campo político.

Igor Gielow/Folhapress

China ocupa prédio após fechar consulado dos EUA em Chengdu



A China ocupou nesta segunda-feira (27) as dependências do prédio onde ficava o Consulado dos Estados Unidos em Chengdu, cidade do sudoeste do país, depois de determinar que a instalação fosse desocupada. A medida foi uma retalição pelo fechamento de seu consulado em Houston, no estado norte-americano do Texas, na semana passada.

O confisco é resultado de uma escalada dramática das tensões entre as duas maiores economias do mundo, que co-

América Latina supera pela 1ª vez EUA e Canadá em número de infectados

Os casos de na América Latina superaram pela primeira vez as infecções combinadas em Estados Unidos e Canadá, em meio à onda de infecções em Brasil, México, Peru, Colômbia e Argentina, mostrou um levantamento da Reuters divulgado neste domingo.

O número crescente de casos faz da América Latina a região mais impactada pela pandemia em todo o mundo, com 26,83% dos casos globais.

Atualmente, a América Latina possui 4.327.160 casos de novo coronavírus no total, em comparação com 4.308.495 infecções nos Estados Unidos e no Canadá, segundo a contagem baseada em dados fornecidos pelos governos de cada país.

Os Estados Unidos con-

tinuam sendo o país com o maior número de infecções e mortes por COVID-19, a doença respiratória causada pelo vírus, com mais de 4,2 milhões de casos e aproximadamente 146.000 mortes, seguidos pelo Brasil, com 2,4 milhões de casos e quase 87.000 mortos.

México, Peru e Chile também estão entre os 10 países com mais casos do COVID-19.

Segundo o levantamento da Reuters, o número de pessoas que foram infectadas pela de Covid-19 em todo o mundo passa de 16,1 milhões.

Especialistas em saúde disseram que os dados oficiais quase certamente subnotificam infecções e mortes, principalmente em países com capacidade limitada de testagem.

Exame



meçou quando funcionários do consulado chinês de Houston foram vistos queimando documentos em um pátio na terça-feira passada (21), horas antes de Pequim anunciar que havia recebido ordens de esvaziar a instalação.

O consulado dos EUA em Chengdu, localizada na província de Sichuan, foi fechado às 10h locais desta segunda-feira, e autoridades chinesas entraram no edifício pela porta da frente, disse o Ministério das Relações Exteriores da China em comunicado.

Na sexta-feira (24), Pequim anunciou que determi-

nou aos EUA que fechassem seu posto de Chengdu e que deu aos norte-americanos 72 horas para sair, o mesmo prazo dado à China para liberar a missão de Houston, fechada naquele mesmo dia.

“Estamos decepcionados com a decisão do Partido Comunista chinês e nos empenharemos em continuar a buscar contato com o povo dessa região importante, por meio de nossos outros postos na China”, disse um porta-voz do Departamento de Estado dos EUA em e-mail à Reuters.

Reuters/ABR

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3337-6724
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Governo disponibiliza 109 imóveis para venda via internet

A Secretaria de Patrimônio da União (SPU) disponibilizou, ontem (27), alguns dos imóveis que, por meio de concorrência pública, serão vendidos via internet. Fazem parte dessa primeira lista 109 dos 907 imóveis que estão na “esteira de vendas” do governo federal.

Segundo o governo, os 109 imóveis desta primeira leva, localizados em sete estados, estão avaliados em cerca de R\$ 100 milhões.

De acordo com o secretário de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, Fernando Bispo, a expectativa de arrecadação com os 907 imóveis – prédios, lojas, terrenos, salas e apartamentos vagos ou sem uso – é de R\$ 1,7 bilhão, caso sejam colocados à venda.

Na avaliação da SPU, imóveis que não estão sendo

utilizados na prestação de serviços públicos acabam gerando custos para a administração. “Muitos desses imóveis federais são alvo de invasões, depredações e alguns ainda têm risco iminente de colapso, colocando em risco a vida de pessoas. Esses bens, quando adquiridos por particulares, trazem uma excelente oportunidade de desenvolvimento das economias dos municípios”, argumentou, em nota, o secretário.

Um dos leilões mais aguardados nesse novo formato é o do edifício A Noite, no Rio de Janeiro. Inaugurado em 1929, o prédio, de 22 andares e 102 metros de altura, tem projeto do arquiteto francês Joseph Gire, também criador do Hotel Copacabana Palace, e do brasileiro Elisário Bahiana. Foi o primeiro

arranha-céu da América Latina e primeiro mirante do Rio de Janeiro, e é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) desde 2013.

O valor estimado da venda do edifício A Noite é de R\$ 90 milhões. O edifício também abrigou a pioneira Rádio Nacional desde a sua criação, em 1936, e foi ocupado durante décadas pela Empresa Brasileira de Comunicação (EBC).

De acordo com a nova lei que flexibiliza a venda de bens públicos, o valor dos imóveis poderá ser reduzido em até 25% do valor inicial de oferta se houver necessidade de um segundo leilão. No caso de um imóvel ter sido ofertado duas vezes em leilões poderá ser vendido diretamente, com intermediação de corretores de imóveis, mantendo-se o desconto.

Pedro Peduzzi/ABR



A nova era de juros baixos e seus impactos para a economia real



O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, deu o tom no início do mês: a despeito da crise provocada pela pandemia, o país poderá conviver com taxas de juros próximas do atual patamar e com um câmbio mais depreciado nos próximos anos se continuar a perseguir o reequilíbrio das contas públicas.

O mercado projeta uma taxa básica de juros em 2% ao ano em dezembro, abaixo do nível atual de 2,25%, segundo o relatório Focus do BC. Analistas apontam ainda uma Selic em 3% no fim do próximo ano e em 5% no fim de 2022.

São juros que aproximam o país de uma realidade civilizatória com a qual países ricos e parte dos emergentes já estão acostumados. Civilizatória porque não há caso de país que tenha conseguido se desenvolver com juros tão altos como aqueles com os quais o Brasil conviveu por décadas, acima dos 10% ao ano.

Os juros baixos podem significar um fator adicional de impulso de médio e longo prazo para o desenvolvimen-

to do país, de forma semelhante aos efeitos advindos do controle da inflação com o Plano Real, a partir de 1994. Os seus impactos positivos em cadeia começam a se espalhar pela economia.

São efeitos sentidos pelo pequeno investidor no mercado financeiro há algum tempo, quando ele se dá conta de que terá que sair do conforto da renda fixa e migrar para a bolsa ou para ativos de maior risco se quiser uma rentabilidade mais alta.

Para o mercado de imóveis, a Selic em níveis historicamente baixos se traduziu em taxas de juros cada vez menores, graças ao custo mais baixo de captação dos bancos e à competição entre eles para conquistar o consumidor. E isso aqueceu o mercado, gerando negócios para empresas e ampliando o patrimônio das famílias.

As vendas de imóveis na cidade de São Paulo bateram recorde em 2019, segundo o Secovi-SP (sindicato que representa as empresas do setor imobiliário no estado).

Em escala maior, juros baixos impactam também

empresários e grandes investidores, que passam a dispor de outra referência antes da decisão de alocação de recursos. O custo de tomar dinheiro no mercado também cai, o que permite que companhias tenham mais recursos para os seus negócios.

O baixo rendimento reduz a atratividade de títulos públicos, levando investidores a avaliar alternativas para obter um retorno maior: podem ser projetos da economia real, direta ou indiretamente, o que acaba estimulando o crescimento.

Um dos segmentos mais beneficiados deve ser o de infraestrutura, dada a necessidade de obras (que demandam capital) para melhorar portos e rodovias, entre outros. São investimentos que vão aumentar a produtividade da economia.

“Projetos que antes não eram viáveis do ponto de vista de retorno de capital passam a fazer sentido”, afirma André Rebelo, assessor para assuntos estratégicos da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Biznews

Agronegócio

China respondeu 40% das exportações agrícolas brasileiras no 1º semestre



A China respondeu por 40% das exportações agrícolas brasileiras no primeiro semestre deste ano, segundo levantamento realizado pela Secretaria de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura e obtido pelo Broadcast Agro, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado.

De janeiro a junho deste ano, foram gerados US\$ 20,5 bilhões com as vendas de produtos agrícolas para os chineses. “Em 2020 a participação da China nas exportações do agro foi recorde”, destaca o relatório.

Na sequência, entre os principais destinos, vêm os demais países da Ásia (17%) e a União Europeia (16%).

O peso da China na pauta agrícola brasileira é tão expressivo que as exportações para o país asiático

foram superiores em US\$ 5 bilhões à soma da receita gerada com vendas externas para União Europeia, América do Norte, Oriente Médio, América do Sul e África.

De acordo com o documento, para cada US\$ 1 exportado para a União Europeia, mais de US\$ 2 são exportados para a China; enquanto para cada US\$ 1 exportado para os Estados Unidos quase US\$ 7 são exportados para a China.

No período, a receita de exportações agrícolas do País atingiu recorde com geração de US\$ 51,63 bilhões, 9,7% a mais que o registrado no primeiro semestre de 2019. Já a receita dos demais setores econômicos caiu 20%. Com o resultado, a participação do agronegócio no faturamento total das exportações brasileiras saltou de 43% para

51% no acumulado dos seis primeiros meses deste ano.

Os 10 principais produtos exportados pelo País representaram 80% da receita de exportações do agronegócio. Do total, R\$ 20,5 bilhões vieram das vendas de soja (40%). Outros R\$ 4,5 bilhões foram gerados pela comercialização externa de carne bovina (7%). Na sequência, entre os maiores faturamentos, constam celulose (6%), carne de frango (6%), farelo de soja (6%), açúcar (5%), café (4%), algodão (2%), carne suína (2%), papel (2%) e demais commodities (20%).

Para a China, as exportações agrícolas brasileiras aumentaram 30% em valor nominal, na comparação entre o primeiro semestre de 2019 e 2020, enquanto para os demais mercados caíram 1%.

Exame

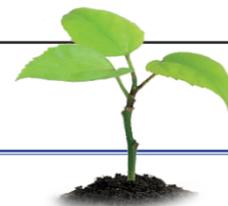
Corteva Agriscience marca presença na CooperCitrus Expo Digital com lançamentos e inovações em sementes e proteção de cultivos



A Corteva Agriscience, por meio das marcas Pioneer®, Brevant™ Sementes e de suas linhas de proteção de cultivos, participa da CooperCitrus Expo Digital, de 27 a 31 de julho, com estandes no pavilhão de insumos e na arena de inovação e tecnologia. A companhia promove também uma ação social, em que cada visita de cooperados da CooperCitrus nos estandes da Corteva será transformada em doação para o Hospital de Amor de Barretos.

A feira acontece desde

PorkExpo 2021 discute mercado da carne suína em momento histórico



Parece inacreditável, mas é pura realidade. 2020, um ano histórico para a humanidade por causa da pandemia da Covid-19, que paralisou mercados, vidas, mobilizou um planeta inteiro pela primeira vez, vai marcar o período mais próspero para quem produz e comercializa carne suína no Brasil. Os dados da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) não mentem. As exportações da proteína devem crescer entre 27% e 33% neste ano, na comparação com o ano passado, e a perspectiva é chegarmos a um milhão de toneladas embarcadas.

Um levantamento realizado pela ABPA, indica que a China, principal produtor da carne no mundo, com média de 54 milhões

de toneladas anuais, e maior importador do Brasil, deve produzir 15% a menos de suínos em 2020, o que representa um drive de sustentabilidade de exportação ímpar para o segmento brasileiro.

“A Ásia é o grande player das exportações internacionais, não apenas do Brasil. A lacuna deixada pela Peste Suína Africana na produção dos países asiáticos e no trade global continuará a ditar o comportamento das exportações brasileiras e dos demais abastecedores internacionais de aves e de suínos. Sem falar que o bom desempenho das exportações reduz os impactos decorrentes da alta dos insumos e da elevação dos custos decorrentes da situação de pandemia”, ressalta Ricardo Santin, diretor-executivo da ABPA.

Notícias Agrícolas



2000 e, neste ano, será realizada em formato digital em razão da pandemia da Covid-19. E esta edição promete muita inovação. Os visitantes poderão caminhar por ruas e conhecer os estandes com visualização em 360° e navegação por ambientes em 3D. No estande da Corteva na área de insumos, os participantes irão conhecer todo o portfólio da companhia com foco em soja, milho, cana, hortifrutí e pastagem e saber mais sobre as marcas Pioneer® e Brevant™ Sementes, incluindo as soluções para silagem.

Já no estande no setor

de inovação e tecnologia, a Linha Cana da Corteva apresenta o Revolux®, inseticida inovador para o controle da broca, principal praga da cultura. Composto por dois novos ingredientes ativos (Espinetoram e Metoxifenoazida), Revolux® atua com dois modos de ação diferenciados para uma proteção prolongada da cana, com seletividade aos inimigos naturais, e torna-se um produto referência para o manejo integrado de pragas (MIP) ao permitir rotacionar modos de ação dentro da estratégia do manejo de resistência.

Notícias Agrícolas

Plano São Paulo muda regra para evolução da Fase Amarela para Verde

Critério	Indicador	Peso	Fase 1 Alerta máximo	Fase 2 Controle	Fase 3 Flexibilização	Fase 4 Abertura parcial	Margens de 2,5p.p.	Regiões devem passar 28 dias consecutivos na fase 3 (amarela) antes de evoluir para a fase 4 (verde)
Capacidade do Sistema de Saúde	Média da taxa de ocupação de leitos UTI COVID dos últimos 7 dias (%)	4	Acima de 80%	Entre 80% e 75%	Entre 80% e 75-70%	Abaixo de 75-70%		
	Leitos UTI COVID / 100k habitantes	1	Abaixo de 3,0	Entre 3,0 e 5,0	Acima de 5,0	Acima de 5,0 ¹		
Evolução da epidemia	# de novos casos últimos 7 dias / # de novos casos 7 dias anteriores	1	Acima de 2,0	Acima de 2,0	Entre 1,0 e 2,0	Abaixo de 1,0	Margens de 0,1	
	# de novas internações últimos 7 dias / # de novas internações 7 dias anteriores	3	Acima de 1,5	Entre 1,0 e 1,5	Abaixo de 1,0	Abaixo de 1,0 + internações / 100 k hab. nos últimos 14 dias abaixo de 30-40		
	# de óbitos por COVID nos últimos 7 dias / # de óbitos por COVID nos 7 dias anteriores	1	Acima de 2,0	Entre 1,0 e 2,0	Abaixo de 1,0	Abaixo de 1,0 + óbitos / 100 k hab. nos últimos 14 dias abaixo de 3-5		

O governador de São Paulo, João Doria, anunciou ontem (27) uma mudança de regra no Plano São Paulo, o que pode facilitar a flexibilização para a Fase 4 de reabertura econômica do estado, após quarentena adotada para evitar a disseminação do novo coronavírus. Segundo Doria, a mudança é uma “calibragem”, com objetivo de aprimorar o plano.

“Anunciamos ajustes de alguns parâmetros já existentes na quarentena do Plano São Paulo. O objetivo é aprimorar o plano, para torná-lo mais eficiente e adequado à realidade que vivemos neste momento da pandemia”, disse Doria, em entrevista coletiva no Palácio dos Bandeirantes.

O Plano São Paulo é uma estratégia para retomada econômica durante a pandemia do novo coronavírus e é dividido em cinco fases,

que vão do nível máximo de restrição, com fechamento de atividades não essenciais (Vermelho), a etapas identificadas como controle (Laranja), flexibilização (Amarelo), abertura parcial (Verde) e normal controlado (Azul). O Plano São Paulo também é regionalizado, ou seja, o estado foi dividido em 17 regiões (com a região metropolitana dividida em cinco sub-regiões) e cada uma delas é classificada em uma fase.

Para passar de uma fase para outra, cada região é analisada segundo cinco critérios: taxa de ocupação de leitos de unidades de terapia intensiva (UTI) para o novo coronavírus, quantidade de leitos de UTI para cada 100 mil habitantes, evolução de novos casos nos últimos sete dias, evolução de novas internações nos últimos sete dias e variação de óbitos nos últimos sete dias.

Até então, para passar da Fase Amarela para a Verde, a região precisaria ter uma taxa de ocupação de leitos de UTI abaixo dos 60% e isso não dependia da quantidade de dias em que ela estivesse na Fase Amarela. Agora, para uma região avançar da Fase 3-Amarela para a Fase 4-Verde, o percentual de ocupação de leitos poderá variar entre 75% e 70%. No entanto, para que isso ocorra, a região precisará permanecer por 28 dias consecutivos na Fase Amarela. As novas regras começam a valer na próxima sexta (31).

Segundo o governo, a mudança dará mais estabilidade ao ajuste de fases e vai permitir que os municípios liberem os leitos de UTI reservados a pacientes graves com novo coronavírus para outras especialidades médicas que tiveram o atendimento adiado ao longo da pandemia.

Elaine Patrícia Cruz/ABR

Presidente do BB diz que não se adaptou à cultura de compadrio de Brasília

O presidente do Banco do Brasil, Rubem Novaes, afirmou hoje que decidiu deixar o cargo por “não se adaptar à cultura de privilégios, compadrio e corrupção de Brasília”. Ele não quis citar um fato específico e disse que se referia ao ambiente político da capital do país. A declaração de Novaes foi dada em entrevista concedida por telefone à CNN Brasil.

Novaes, entregou nesta sexta-feira (24) um pedido de renúncia do cargo ao presidente Jair Bolsonaro e ao ministro da Economia, Paulo Guedes. A informação foi dada pelo próprio banco, em comunicado de fato relevante distribuído à imprensa e ao mercado financeiro. Ele ocupava o posto desde o início do governo, em janeiro de 2019.

O comunicado informa que Novaes, de 74 anos, deixa o cargo por entender que a “companhia precisa de renovação para enfrentar os mo-

mentos futuros de muitas inovações no sistema bancário”.

Novaes afirmou à “CNN Brasil” que já havia enviado, em maio, uma carta expressando a Guedes seu desejo de deixar o banco em agosto, após apresentar os resultados financeiros do primeiro semestre e completar 75 anos. “O banco precisa de um executivo jovem afinado com todas essas transformações”, afirmou.

O Banco do Brasil é uma sociedade de economia mista, com participação majoritária da União, sendo a maior instituição financeira do país, com mais de R\$ 1,57 trilhão em ativos. Juntamente com a Caixa Econômica Federal, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco da Amazônia e o Banco do Nordeste, o Banco do Brasil é um dos cinco bancos públicos controlados pelo governo brasileiro.

Biznews



Judiciário não tem condição de ser protagonista no combate às fake news, diz Barroso



O ministro Luís Roberto Barroso (STF) afirmou na manhã desta segunda-feira (27) que o Poder Judiciário não pode assumir o protagonismo no combate às notícias falsas. Segundo ele, havia uma “ilusão” de que o Judiciário assumisse essa posição.

“Havia uma certa fantasia de que o TSE ou o Judiciário iria ser o protagonista do enfrentamento às fake news. É uma ilusão. O Judiciário não tem condição de ser protagonista no enfrentamento das fake news por muitas razões. A primeira e mais óbvia é que a própria qualificação do que

sejam as fake news já é muito difícil.”

Em debate sobre democracia e polarização promovido pelo jornal O Globo, Barroso, que também preside o TSE (Tribunal Superior Eleitoral), afirmou que as próprias plataformas devem assumir o protagonismo no combate à disseminação de conteúdos falsos e enganosos.

Para ele, o controle deve ter base em comportamento, e não necessariamente no conteúdo da mensagem.

“O protagonista dessa luta tem que ser as próprias mídias sociais, as próprias plataformas tecnológicas. Porque elas têm condições de

fazer um controle que não é de conteúdo, é um controle de de comportamentos, e portanto você derruba os robôs, os bots, os perfis falsos, os comportamentos inautênticos, orquestrados, os impulsionamentos ilegais. É assim que você enfrenta fake news.”

O presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), também participou do debate e reforçou que as plataformas precisam assumir mais responsabilidades. Ele citou o WhatsApp como exemplo onde a desinformação é mais difícil de ser barrada.

Isabella Macedo/Folhapress

Publicidade Legal

Armc do Brasil S.A.
 CNPJ/MF nº 71.586.952/0001-87 - NIRE nº 35.300.136.764
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
 Ficam convocados os Srs Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará no dia 07/08/2020 às 14:00 horas, na sede da Companhia, na Av. Francisco Mesquita, nº 1.575, Sala 02, Vila Prudente, São Paulo - SP para, nos termos dos Artigos 121 e seguintes da Lei nº 6.404/76, deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(a)** Fixar a remuneração global da Diretoria para o exercício de 2020; **(b)** Ratificar a discrepância verificada entre o montante da remuneração estabelecida e a efetivamente paga para o exercício findo; **(c)** Eleição do Conselho de Administração para o biênio 2020/2022; **(d)** Eleição da Diretoria para o biênio 2020/2022; e **(e)** Consolidar o Estatuto Social em vigor. **Informações Gerais:** 1. Os documentos e informações relativos às matérias a serem discutidas na Assembleia Geral Extraordinária, ora convocada, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. 2. Conforme artigo 135 da Lei 6.404/76, a Assembleia será instalada em primeira convocação com a presença de acionistas que representem 2/3, no mínimo, do capital com direito a voto, mas poderá instalar-se em segunda com qualquer número. 3. O acionista pode ser representado na assembleia geral por procurador constituído há menos de 1 ano, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado. São Paulo, 27 de julho de 2020. Levon Kessadjikian - Presidente do Conselho de Administração. (28, 29 e 30/07/2020)

Galvani Participações e Investimentos S.A.
 CNPJ/ME nº 09.391.425/0001-43 - NIRE 35.300.353.340
Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária
 Ficam convocados os Srs. Acionistas desta Cia., detentores de ações ordinárias a se reunirem em AGE a realizar-se no dia 06/08/2020, às 10:00 hs., na sede social da Cia., na Av. Onofrio Milano, 589, sala 04, São Paulo-SP, para, nos termos da Cláusula 3 do Acordo de Acionistas da Cia., deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Nos termos do artigo 204, § 1º da Lei 6.404/76, conforme alterada, deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários aos acionistas, conforme balanço especialmente levantado em 31/07/2020. São Paulo, 22/06/2020. **Roberto Galvani - Diretor.** (25, 28 e 29/07/2020)

VR Editora S.A.
 CNPJ/MF nº 02.817.648/0001-80 - NIRE 35.300.418.450
Ata de Assembleia Geral Ordinária, realizada em 22 de junho de 2020
Data, hora e local: 22/06/2020, às 10h00, na sede social, na Rua Coronel Lisboa, nº 989, São Paulo-SP. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença da totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Sevani de Matos Oliveira; Secretário: Cristiano Vander Rodrigues. **Ordem do dia:** (a) exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2019; e (b) outros assuntos de interesse social. **Deliberações Tomadas por Unanimidade de Votos dos Presentes:** (a) Com abstenção dos legalmente impedidos, conforme artigo 134, § 1º, da Lei nº 6.404/76, foram aprovados o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2019, publicados no dia 29/04/2020 no Data Mercantil e no DOE-SP; (b) Fica autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário e a sua publicação sem os nomes dos acionistas presentes, de acordo com o previsto no artigo 130, §§ 1º e 2º da Lei nº 6.404/76. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. Assinaturas: Mesa: Sevani Matos Oliveira - Presidente; Cristiano Vander Rodrigues - Secretário. JUCESP - Registro nº 256.882/20-4 em 17/07/2020. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Aroer SPE Empreendimentos e Participações S.A.
 CNPJ/MF nº 10.234.236/0001-46
Aviso aos Acionistas e ao Mercado
 Comunicamos aos Senhores Acionistas e ao Mercado em Geral, que a partir de 27 de julho de 2020, as publicações desta Companhia, que atendem a Lei nº 6.404/76 e demais alterações posteriores, passarão a ser veiculadas, doravante, no jornal Data Mercantil. São Paulo, 27 de julho de 2020. **A Diretoria**

Acesse nosso site, também disponível a versão digital

www.datamercantil.com.br

Athon Geração Distribuída S.A.
 CNPJ/MF nº 30.997.588/0001-60

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de Reais)

Balanço Patrimonial				Demonstrações dos Fluxos de Caixa										
Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo Circulante	Controladora		Consolidado						
	2019	2019	2019	2019		2019	2019	2019	2019					
Circulante	6.414	10.183	6.414	10.183	1.173	49.396	1.173	49.396						
Caixa e equivalentes de caixa	6.395	8.568	6.395	8.568	-	39	-	39						
Clientes	-	1.518	-	1.518	-	328	-	328	1.461					
Impostos a recuperar	19	29	19	29	-	2	-	2	536					
Outros créditos	-	68	-	68	-	23	-	23	943					
Não circulante	5.760	8.286	5.760	8.286	41.720	45.046	41.720	45.046						
Aplicação Financeira - Escrow	5.760	5.760	5.760	5.760	1.150	48.096	1.150	48.096						
Partes Relacionadas	-	2.526	-	2.526	-	-	-	-	(1.045)					
Investimento	53.429	-	53.429	-	-	-	-	-	(287)					
Imobilizado	-	97.989	-	97.989	-	-	-	-						
Intangível	-	694	-	694	-	-	-	-						
	53.429	98.683	53.429	98.683	64.430	67.756	64.430	67.756						
	59.189	106.969	59.189	106.969	2.184	2.184	2.184	2.184						
	65.603	117.152	65.603	117.152	19.768	19.768	19.768	19.768						
Total do ativo	65.603	117.152	65.603	117.152	65.603	117.152	65.603	117.152						
Demonstrações dos Resultados Abrangentes				Demonstrações dos Resultados				Demonstrações dos Fluxos de Caixa						
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2019		2019			2019		2019			2019		2019	
Lucro líquido do exercício	758		758		Fluxo de caixa das atividades operacionais	758		758		Fluxo líquido do exercício	758		758	
Total dos resultados abrangentes dos exercícios	758		758		Ajustes que não afetam o caixa	-		-		Depreciações e Amortizações	-		1.461	
	2019		2019			2019		2019		Despesa com IRPJ e Contribuição Social	-		536	
Receita operacional líquida	-		4.760		Resultado de equivalência patrimonial	1.045		-		Baixa de Imobilizado	-		943	
Custo Operacional	-		(1.911)		Resultado financeiro, líquido	255		(286)		Equivalência patrimonial	(1.045)		-	
Lucro bruto	-		2.849		Resultado antes do IRPJ e CSLL	758		1.294		(Aumento)/redução em ativos	-		-	
Receitas/(despesas) operacionais	-		(542)		Imposto de renda e CSLL - Corrente	-		(536)		Clientes	-		(1.518)	
Gerais, comerciais e administrativas	(542)		(1.269)		Lucro líquido do exercício	758		758		Impostos a recuperar	(19)		(29)	
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido				Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido				Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido						
	Capital social		Reserva de capital			Reserva Legal		Retenção de lucros			Dividendos		Lucros acumulados	
	2019		2019			2019		2019			2019		2019	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-		-		Saldos em 31 de dezembro de 2018	-		-		Saldos em 31 de dezembro de 2018	-		-	
Aumento de Capital AGE de 26/04/2019	2.184		-		Aumento de Capital AGE de 26/04/2019	2.184		-		Aumento de Capital AGE de 26/04/2019	2.184		-	
Aumento Reserva de Capital AGE de 26/04/2019	-		19.768		Aumento Reserva de Capital AGE de 26/04/2019	-		19.768		Aumento Reserva de Capital AGE de 26/04/2019	-		19.768	
Lucro do exercício	-		-		Lucro do exercício	-		758		Lucro do exercício	-		758	
Reserva legal	-		-		Reserva legal	-		38		Reserva legal	-		38	
Transferência para reserva de lucro a realizar	-		-		Transferência para reserva de lucro a realizar	-		530		Transferência para reserva de lucro a realizar	-		530	
Dividendos a pagar	-		-		Dividendos a pagar	-		190		Dividendos a pagar	-		190	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.184		19.768		Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.184		190		Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.184		22.710	

Via Sudeste Transportes S/A.
 CNPJ/MF nº 32.184.522/0001-87

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em Reais)

Balanço Patrimonial				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				Demonstração dos Fluxos de Caixa							
Ativo	Notas	2019		Data	Título Da Conta	Capital Social	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total	2019	2018	2019	2018			
		2019	2018												
Circulante		52.883.491,14	10.000,00	13/11/2018	Capital Social	10.000,00	-	10.000,00							
Disponível		3.912.737,48	10.000,00	20/12/2018	Aumento de Capital	24.982.000,00	-	24.982.000,00							
Caixa		102.147,55	10.000,00	31/12/2018	Lucro Líquido do Exercício	-	-	-							
Banco Conta Movimento	4	3.810.589,93	-			24.992.000,00	-	24.992.000,00							
Direitos Realizáveis		48.970.753,66	-	Saldo em 31 de dezembro de 2018		-	-	-							
Serviços Públicos a Receber (Sprans)	5	7.537.450,72	-	31/12/2019	Lucro Líquido do Exercício	-	5.577.348,23	5.577.348,23							
Títulos de Créditos a Receber	5	11.601.084,76	-	Saldo em 31 de dezembro de 2019		24.992.000,00	5.577.348,23	30.569.348,23							
Estoques		4.887.128,18	-												
Adiantamentos		18.090,00	-												
Adiantamentos Diversos		18.090,00	-												
Aplicações e Investimentos		24.927.000,00	-												
Veículos destinados a venda		24.927.000,00	-												
Não Circulante		181.636.363,87	-												
Empréstimos, Coligadas e Controlada	7	165.670.866,96	-												
Outros Valores Realizáveis	8	15.965.496,91	-												
Imobilizado		69.386.996,47	24.982.000,00												
Imobilizado	9	75.880.229,01	24.982.000,00												
(-) Depreciação e amortização		(6.493.230,54)	-												
Total Ativo		303.906.853,48	24.992.000,00												
Passivo		303.906.853,48	24.992.000,00												
Circulante		72.252.036,03	-												
Fornecedores	10	14.899.472,33	-												
Empréstimos e Financiamentos	13	47.326.761,10	-												
Impostos Taxas e Contribuições		67.868,23	-												
Remunerações e Encargos	11	119.883,19	-												
Serviços Profissionais		311.039,66	-												
Outras Contas	12	9.527.011,52	-												
Não Circulante		201.085.469,22	-												
Empréstimos e Financiamentos	12	190.137.366,39	-												
Empréstimos, Coligadas e Controlada	14	10.948.102,83	-												
Patrimônio Líquido		30.569.348,23	24.992.000,00												
Capital Social		24.992.000,00	24.992.000,00												
Reservas de Lucros		5.577.348,23	-												
Lucro/Prejuízo de Exercícios Anteriores		-	-												
Lucro/Prejuízo de Exercício Corrente		5.577.348,23	-												
Total Passivo		303.906.853,48	24.992.000,00												
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras				Demonstração de Resultado				Demonstração dos Fluxos de Caixa							
1. Contexto Operacional - A Via Sudeste Transportes S/A. é uma empresa que tem por objetivo a exploração dos serviços de transporte coletivo de passageiros e seus atos constitutivos registrados na Jucesp em 05/12/2018, iniciando suas operações em março de 2019 operando com cerca de 607 veículos ônibus é responsável por 52% dos passageiros transportados no sistema de ônibus municipal da área sudeste no município de São Paulo, conforme contrato de concessão com a Secretaria Municipal de Transportes da Cidade de São Paulo. Sua principal fonte de receita é a remuneração recebida da São Paulo Transportes S.A. - SPTRANS, pela prestação de serviço de transporte. Considerando que esta concessionária e a Via Sul Transporte Urbano Ltda., firmaram entre si, Contrato de Aliança para Cooperação Técnica e Operacional com a finalidade de garantir a esta concessionária a capacitação técnica e operacional necessárias para atender às exigências das Concorrências 001/2015-SMT/GAB (Lote E4) e 002/2015-SMT/GAB (Lote AR5), bem como para possibilitar o cumprimento do Contrato nº 013/19-SMT/GAB; Firmaram entre si ainda, instrumento particular de sub-rogação pelo qual esta subsidiária, sub-roga-se em todos os financiamentos devidos pela Via Sul Transportes Urbanos Ltda, nos termos dos Artigos 347, II e 349 do Código Civil Brasileiro, bem como prometem ceder				Notas				2019				2018			
				Receita Operacional Líquida				17				334.824.527,75			
				(-) Custo de Tráfego				18				(248.646.956,21)			
				(-) Custo de Fiscalização				18				(12.113.658,55)			
				(-) Custo de Manutenção				18				(24.306.546,09)			
				(-) Despesas Administrativas				18				(36.450.110,85)			
				Lucro Bruto				17				13.307.256,05			
				(+/-) Receitas Financeiras				17				379.690,01			
				(-) Despesas Financeiras				18				(8.059.497,83)			
				(+/-) Receitas Diversas				17				4.900,00			
				(-) Despesas Diversas				18				(55.000,00)			
				Resultado Líquido Antes do IRPJ e CSLL				17				5.577.348,23			
				Resultado após IRPJ e CSLL				17				5.577.348,23			
				Os direitos e obrigações deles decorrentes, no valor de R\$ 174.117.063,53 fazendo-o na melhor forma de direito. 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis - As demonstrações contábeis foram elaboradas e são apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação brasileira (Lei nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638 de 28/12/2007 e Lei nº 11.941/09 e 12.973/2014. Também foram consideradas as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. 3. Principais Práticas Contábeis - a) Apuração do Resultado: As receitas e despesas estão demonstradas obedecendo ao regime de competência. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado quando da sua realização. b) Ativos e Passivos: Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os doze meses subsequentes à data do balanço patrimonial são considerados como longo prazo e, consequentemente, como Ativos e Passivos Não Circulantes. c) Ajuste a valor presente Não houve a necessidade de ajuste a valor presente dos ativos e passivos de curtos e longos prazos em atendimento ao previsto no CPC 12. d) Estoques: Os materiais de almoxarifado estão avaliados pelo custo médio de aquisição, não superando o preço corrente de mercado. e) Imobilizado: Os bens e direitos foram registrados pelos seus custos originais de aquisição, formação ou construção. A depreciação é acumulada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil dos bens. f) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo: Os registros são efetuados pelo valor líquido de realização. g) Passivo Circulante e não Circulante: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais. h) Empréstimos e Financiamentos Bancários: Registra os valores principais atualizados dos contratos de financiamento, incluindo encargos financeiros incidentes até a data do balanço. i) Tributação: PIS, COFINS, imposto de Renda e Contribuição Social. O PIS e a COFINS tem sua base de cálculo a Receita Bruta à alíquota de 3,65%. Por											

Negócios

A preparação das companhias aéreas para voltar a voar



Em um movimento que indica o retorno gradual dos passageiros aos aeroportos brasileiros, as companhias aéreas começaram a retirar seus aviões dos pátios para que possam alçar voo novamente. Em abril, quando o setor sofreu um tombo e amargou queda de 96% da malha aérea em comparação com o mesmo período de 2019, as companhias correram guardas as aeronaves nos hangares e preservar ao máximo seus equipamentos para, assim, evitar um gasto ainda mais expressivo na parte de manutenção. Cabe lembrar que a maior parte da frota é alugada por meio dos chamados “acordos de leasing”, que precisaram ser renegociados em razão da pandemia. Com os aviões parados em solo, todas as equipes de conservação foram acionadas para proteger os componentes mais importantes das aeronaves das ações do tempo, já que muitas ainda ficarão meses paradas e fora de operação. Agora, mesmo com uma recuperação por ora tímida, as empresas já inicia-

ram os processos de “despreervação” das máquinas, que exigem uma série de cuidados e envolvem processos como desembalagem de motor e trem de pouso, preparação do motor para giro e energização interna, externa, de sistemas e equipamentos, com o objetivo de deixar essas aeronaves aptas novamente para voo.

“Para o próximo mês, voltaremos a conectar importantes cidades do interior de estados brasileiros, reforçando a vocação regional da Azul e a nossa conectividade, que amplia as opções de voos e destinos para nossos clientes. Reacomodando parte da oferta, nossa malha crescerá 290% em agosto em comparação com abril, nos permitindo atender as pessoas que precisam continuar se deslocando pelos mais diversos motivos. O transporte aéreo é fundamental para contribuir com a retomada da economia e servir um país de dimensões continentais como o Brasil”, afirma Abhi Shah, vice-presidente de Receitas da Azul. Em agosto, a companhia terá 300 voos diários e retomará

operação em oito destinos no país, os novos acréscimos farão a Azul chegar a 35% da capacidade de operação pré-pandemia. Para se ter uma ideia, a Azul chegou a preservar, num processo que envolve a embalagem de peças importantes como motor e trem de pouso, 113 de 146 aviões da companhia. Até a última quarta-feira, 22, 39 já haviam sido desembaladas pela Azul, totalizando 72 aeronaves em operação e 74 ainda paradas nos hangares.

Em junho, a demanda por voos domésticos registrou queda de 85% em comparação com o mesmo mês de 2019, segundo a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Foi o terceiro pior resultado mensal desde 2000, quando se iniciou a série histórica. As maiores retrações foram verificadas justamente nos meses anteriores: em abril, quando a queda foi de 93,1% e em maio, quando a redução atingiu 91%, foram os meses mais impactados pela pandemia do novo coronavírus.

Veja

PIX vai aumentar a competição no mercado, diz David Vélez, do Nubank

O PIX vai transformar positivamente o mercado de pagamentos tanto para os consumidores como para o setor financeiro em si. Quem diz isso é David Vélez, fundador e responsável pelas operações do Nubank, um dos principais bancos digitais do Brasil. Para ele, a chegada da plataforma de pagamentos instantâneos do Banco Central (BC) só tende a favorecer o consumidor com a chegada de mais competidores no mercado.

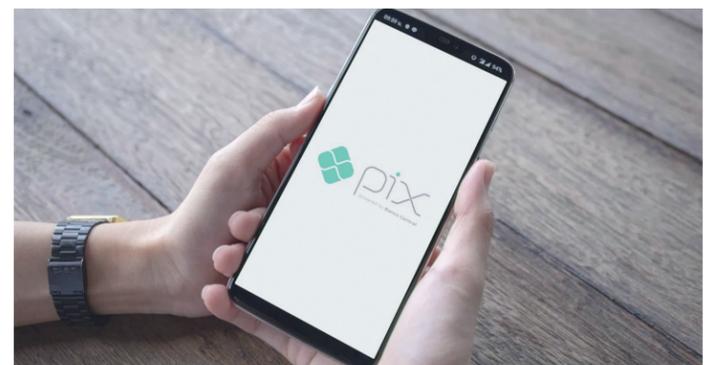
No anúncio feito na quinta-feira (23), o BC alterou a data de lançamento da nova plataforma de pagamentos para o dia 5 de outubro. A partir desta data, os clientes bancários já poderão criar suas próprias “chaves” – mecanismos de autenticação que irão substituir os dados relacionados às contas que possuem. A antecipação da data agradou o mercado, principalmente os setores que tentam se sobres-

sair na competição contra os grandes bancos.

Nesta seara estão startups como o Nubank. O banco digital que já recebeu mais 1,1 bilhão de dólares em aportes e está avaliado em mais de 10,4 bilhões de dólares é um dos principais rivais de bancos mais tradicionais como Bradesco, Itaú e Santander. No começo de julho, a fintech revelou que atingiu 25 milhões de clientes na América Latina com uma média de 42 mil novos entrantes por dia o longo do primeiro trimestre deste ano.

Com o PIX, as transferências de dinheiro de uma conta para outra não serão mais restritas aos DOCs e TEDs, que tem um custo de até 15 reais por transferência, levam dias para serem realizadas e só podem ser feitas durante um rígido horário comercial bancário. Com o PIX, as transferências acontecem 24 horas por dia, 7 dias por semana ao custo de centavos.

Exame



Busca por escritório asséptico alavanca serviços de limpeza



Os serviços de sanitização, que prometem eliminar vírus e bactérias dos ambientes com mais eficiência do que uma faxina comum, ganharam mercado nos últimos meses com o avanço do novo coronavírus.

“Até o início da quarentena, não tínhamos sanitizado mais do que 100 metros quadrados. Nos últimos quatro meses, porém, chegamos a 3,5 milhões de metros quadrados. De quatro máquinas, pulamos para 162”, diz Renato Ticoulat, 62, responsável por trazer a franquia norte-americana Jan-Pro ao Brasil, em 2011.

Com 400 franquias em todos os estados, a Jan-Pro cobra R\$ 5 pela higienização do metro quadrado –um produto exclusivo, EnviroShield, é pulverizado no ambiente e consegue chegar a cantos e ranhuras impossíveis de alcançar com um esfregão.

Segundo Ticoulat, 40% dos atuais clientes fecharam contrato durante a pandemia.

Francisco Brant de Carvalho, 65, sócio da agência de investimentos Ultrahigh, é um deles. Ele contratou a limpeza para suas três salas, que somam 200 metros quadrados e abrigam outros cinco sócios.

“Para minha surpresa, os clientes já voltaram a pedir

reuniões presenciais. Contratei a sanitização e adotei uma série de protocolos para que eles se sentissem mais seguros.”

O físico Emilio Munoz, 49, tornou-se concorrente da Jan-Pro. Antevendo a oportunidade que a pandemia representaria para o setor de limpeza profissional, ele investiu R\$ 30 mil para fundar, no final de março, a empresa UVC.

O cardápio de serviços inclui várias opções: sanitização química simples ou premium, que promete efeito prolongado de até três meses, além de sanitização através de raios ultravioleta e com ozonizador.

Flávia G. Pinho/Folhapress